

## CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA DA ECONOMIA RIO-GRANDENSE\*

Limeira Tejo

### 1 – A Fisionomia Agropecuária

O Brasil foi crescendo longitudinalmente, à beira de um mar já desencantado de sua fama tenebrosa. Ao sabor dos ventos alísios, foi-se desenvolvendo aquela civilização de caranguejos, que tanto impacientou frei Vicente do Salvador. Mas, mesmo essa litorânea acomodação de povoadores não desceu imediatamente até às latitudes do antigo continente de São Pedro. Para estas bandas, a navegação continuou, por muito tempo, um problema de penosa solução, pois equivalia tentar a aventura de enfrentar nevoeiros, águas procelosas, correntes traiçoeiras, ventos impetuosos.

Até o momento em que os paulistas, depois de vararem serras e campos gerais, surgiram como demônios diante às reduções jesuíticas, o mundo rio-grandense foi um rio de planície, sem corredeiras, sem precipitações, espalhando-se sem impetuosidade, como uma mancha de azeite. Até esse momento, também, a terra brasileira estava teoricamente limitada ao sul de São Vicente. Não só teoricamente, se tivermos em conta o fato de a região rio-grandense estar barrada ao norte pela serra do mar, tendo a leste – em quase toda a extensão da sua costa – volumosa mancha d'água de difícil acesso para quem vinha do oceano. Assim, enquanto não se dominou a barra de Rio Grande – isto é, enquanto por esse gargalo não penetraram os açorianos e os nortistas – todo o território do atual Rio Grande do Sul era esfera geográfica da expansão castelhana.

O Jacuí era, então, um rio sem servidão histórica, pois levava as águas ao fundo de saco da Lagoa dos Patos. Enquanto isso, o Uruguai – a corrente fluvial antibrasileira, por excelência – depois de insinuar um limite político ao norte, polarizava todas as relações da vasta zona no interesse do seu destino para o Prata. Somente no dia em que o Guaíba pôde ser colocado a serviço do homem, como base de um comércio que alcançasse o mar, foi possível neutralizar o centrifugismo do pampa brasileiro. Levantando-se à sua margem – e apesar de o haver sido no fundo remoto de águas anteriores – Porto Alegre se tornaria forçosamente a metrópole regional, pois haveria de caber-lhe o desempenho da mais decisiva das missões históricas. Isto é: a missão de comandar a luta contra agentes geográficos referidos poderosamente ao desenvolvimento da bacia platina.

Então, o Jacuí não é mais um rio a correr para uma represa. Com a ajuda do Taquari, conquista para a zona de influência porto-alegrense –

\*TEJO, Limeira. Contribuição à crítica da economia Rio-Grandense. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, (1):81-90, jun.; (3):74-91, dez. 1941.

para a comunhão brasileira, portanto — toda a margem esquerda do Uruguai. Todavia, o domínio econômico dessa notável bacia continuou, por muito tempo, um simples episódio de ocupação territorial e que somente com a colonização estrangeira viria a representar uma expansão do trabalho rio-grandense. Até esse momento, terá de ser na zona do pastoreio que se realizará o "processus" da economia regional. E não deixa de haver algo misterioso no fato de essa zona — tão próxima física e sentimentalmente do mundo castelhano — não se haver destacado da nossa órbita nacional. É que esse fenômeno é de ordem militar, tendo a guerra constante entre espanhóis e portugueses criado decisões humanas mais fortes do que o determinismo natural. Desse modo, a criação na nossa fronteira — originalmente de puro interesse bélico — não representou apenas um aproveitamento econômico. Ela sublinhou, reforçou, fixou, concretizou uma abstração geopolítica: o limite, no extremo meridional de um discutido campo de jurisdição. Seu papel foi o mesmo dos pinheiros marinhos que, crescendo em certas praias batidas de ventos, fixam as dunas e impõem uma fisionomia definitiva ao contorno litorâneo.

Quando esse contorno fronteiriço é finalmente definido, a atividade pastoril já se havia imposto como a mais ideal das explorações econômicas. Mas o meio em que essa atividade se exerce é um meio extensíssimo. Só uma economia extensiva poderia dominá-lo. No Brasil Central, o gado constituiu a vanguarda do sertanista, abrindo caminho através do deserto, farejando água e perigos, alimentando nas travessias pobres de caça e pesca. Aqui, porém, o boi fazia parte da paisagem, proporcionando ao pioneiro — nesse caso, o soldado — o elemento com que realizar, de primeira vista, um acordo com a terra. O aventureiro das plagas centro-oeste do Brasil teve de fundar currais, a fim de dar uma certa definição ao seu caminho e assegurar suas relações com o mundo que ia ficando para trás. O gaúcho, no entanto, não precisou mais do que montar a cavalo e manejar o laço. A montaria e o ato de laçar-lhe deram a dimensão de sua capacidade de domínio territorial. E, se acreditarmos, como certo filósofo, que "a propriedade é a forma primordial do primeiro instinto ativo de segurança"<sup>1</sup>, compreenderemos que a medida dessa segurança para o homem da campanha teria de ser, nos primeiros tempos, a légua de sesmaria.

No mundo vastíssimo da planura rio-grandense, só a grande propriedade — só o sentimento de domínio sobre um trato de terra o mais largo possível — poderia dar ao pioneiro gaúcho o gozo pleno do direito de posse: isto é, o que Keyserling denomina "o direito à ocupação exclusiva do espaço necessário à existência." A criação, pois, sendo uma atividade econômica elementar, estava determinada naturalmente nas paragens extensas da nossa fronteira. Desenvolvendo-se por si mesmo, o gado teria de ser o único elemento de povoação e subjugação do espaço irreferenciado, aberto para todos os lados. O pastoreio foi, assim, originariamente, o resultado da preocupação dos primeiros povoadores no sentido de encontrar pontos de referência na imensa chateza da paisagem. A princípio, fez-se proprietário de vastas terras, a fim de se sentir *seguro*. Depois, fez-se pastor, para *manter* sua segurança.

Não há dúvida que o grande domínio representou uma necessidade histórica e cujo caráter, ainda hoje, não pode ser confundido com o dos la-

<sup>1</sup> Keyserling: *Meditaciones Sur-Americanas*, Espasa Calpe, Madrid, 1933

tifúndios. Era uma medida para a existência humana em um momento de expansão continental e não o produto de absorção de terras. Os "latifúndia" romanos não eram mais do que uma concentração, por via jurídica, da propriedade territorial e não a propriedade natural em si<sup>2</sup>. Ainda atualmente, é essa a característica da formação latifundiária, diferente, portanto, mesmo antagônica ao princípio do "utis possidetis" em que se apóia o direito do desbravador à terra desbravada. O latifundismo rio-grandense — vamos usar a designação imprópria — representou, em um círculo mais restrito, o mesmo papel incorporador das capitânicas hereditárias. Destas, nasceu o país brasileiro. Naquele, encontrou a fronteira extremo meridional seu agente realizador. Assim, se a grande propriedade representou o suficiente meio de segurança para o homem perdido na vastidão primitiva da campanha gaúcha, constituiu também, por lógica decorrência, um elemento de definição do que, só convencionalmente, representava os limites do país. Sem o gado se espalhando em torno do homem — pequeníssimo ponto na paisagem amplíssima — como teríamos incorporado, de maneira efetiva, as terras que fugiam para horizontes sem fim?



É preciso compreender, porém, que essa pecuária — de tão nítida influência na formação econômica do Rio Grande do Sul — dificilmente pode ser encontrada à base de todo o desenvolvimento da região. Na verdade, ela possui uma história própria e, nos nossos dias, constitui uma riqueza à parte. Não é possível, senão no princípio da nossa existência — quando era a única economia — relacioná-la com o despertar de outras atividades. Não existe no Estado nenhuma exploração agrícola que tenha surgido do "complexus" da economia pastoril — nem mesmo os campos de repastagem, tão veemente sugeridos ultimamente. A própria indústria frigorífica, de que a carne é a matéria-prima básica, pertence aos quadros de outra evolução, pois não se conhece um único exemplo de uma estância que se tenha industrializado. Até as charqueadas — mesmo nas épocas recuadas da economia única — surgiram como uma atividade justaposta, pois foram da iniciativa dos comerciantes, ansiosos por aproveitarem a oportunidade do fornecimento de carne seca, em larga escala, às outras regiões brasileiras. As estiagens no Brasil Central — e não somente isso, como o despovoamento ocasionado pelos "rushs" do ouro — haviam feito com que fosse águas abaixo toda a grande riqueza pecuária realizada naqueles mundos. Ao mesmo tempo, nas zonas de mineração, morria-se de fome com os bolsos cheios do cobiçado metal amarelo. Dessa maneira, populações inteiras que haviam abandonado os trabalhos agrícolas, mas que dispunham de um alto poder aquisitivo, viram-se a braços com urgentes problemas de subsistência, cuja solução só poderia vir de fora.

Coube à criação rio-grandense satisfazer aquelas necessidades. E o que esse fato representa na evolução econômica regional só se compreenderá bem quando se pensar que, até então, o gado era abatido aqui, como haviam sido derrubadas as matas de pau-de-tinta. Somente o couro interessava. A carne dos bichos, cuja pele constituía o único imperativo econômico da matança, era lançada ao pasto dos corvos e das feras, uma vez

<sup>2</sup> H. Pirenne: *Histoire de l'Europe (Des invasions au XVIe. Siècle)* — Alcon, Paris, 1936.

que sua quantidade era demasiada para ser consumida imediatamente por uma população reduzida. É, assim, com o aproveitamento comercial dessa carne desperdiçada que se inicia no Rio Grande do Sul uma era de trabalho reprodutivo. No entanto, não se vá julgar que esses fatos possam ser encontrados à base de toda a nossa história da produção, como — por exemplo — um "impulso inicial". Não. São apenas fatos de uma das duas séries formadoras do atual panorama da economia estadual. A pecuária descreve um ciclo próprio, nada tendo que ver — historicamente falando — com o desenvolvimento das atividades agrícolas e industriais. Quem tentar traçar uma linha contínua de evolução entre as primitivas correrias militares — que envolveram a organização dos rebanhos na fronteira — e as chaminés dos nossos centros urbanos, só poderá fazer dando um caráter tão geral à descrição e um tão vago sentido à interpretação que o trabalho resultará adaptável a qualquer outro ambiente, em qualquer outra parte do mundo.

Noutras épocas da história humana, a fronteira era uma muralha. Era a marca medieval. Era o acompanhamento das legiões romanas. As nossas lindes, embora tivessem sido, originariamente, teatro de lutas armadas, foram marcadas simbolicamente, cabendo unicamente à atividade econômica — no caso a criação de gado — firmar a linha divisória. Foram, assim, a propriedade territorial e a atividade pastoril que deram sentido nacional à vida da região mais geograficamente centrifugista do país brasileiro. Mas essa economia, de tão poderosa determinação política nas épocas formadoras do quadro físico da nossa Nação, apenas se intensificou quantitativamente, sem proporcionar o advento de novas iniciativas produtoras. Diminua-se o número dos rebanhos, retirem-se as modernas manchas raciais, e a campanha gaúcha será a mesma do tempo colonial. Não se constata a menor transformação econômica, embora tenham evoluído os métodos de trabalho e se modificado os processos criadores. Ainda é a extensão e não a intensidade que caracteriza o aproveitamento de tão esplêndidos campos.

Isso se compreenderá melhor se se tiver em conta que o exclusivismo pastoril — pois tal é a fisionomia da fronteira — impede, de certo modo, que a riqueza circule no seu ambiente com o ritmo exigido pela satisfação de necessidades comuns. É que, na criação de gado, a participação da mão-de-obra é quase nula, tendo-se em vista o movimento econômico realizado. Realmente, na produção pecuária, é o próprio produto que se encarrega do desenvolvimento. À parte reduzida atividade estabular, em que se emprega um maior esforço — e ainda assim pouco menos do que superficial — a luta do homem se limita a assistir os bichos crescerem, a dispensar-lhes algum cuidado nas doenças, a distribuí-los pelos campos de pastagem, a juntá-los para a venda. Resulta disso que, não interessando à principal economia da zona senão um número exíguo de trabalhadores rurais, o crescimento demográfico da nossa campanha é sempre um fator de desocupação. É corrente, por exemplo, a impressão da "falta do que fazer" que dão as nossas gentes do meio pastoril. E foi sempre nessas sobras do trabalho criador que, em outras épocas, se recrutava os elementos com que manter o fogo das agitações partidárias e com que garantir o entusiasmo das atividades contrabandistas.

Por outro lado, em virtude mesmo do caráter extensivo da economia fronteiriça, a campanha rio-grandense foi sempre — e ainda é — uma zona de população rarefeita. Qualquer outra atividade produtora não poderá dispor de elementos humanos para realizar-se. Chega-se, assim, a um cír-

culo vicioso: explorações complementares do trabalho pecuário não poderão ser tentadas, por falta de potencial demográfico e o índice populacional capaz de assegurar esse trabalho não pode ser atingido em virtude da ausência de oportunidades de ocupação. Dessa maneira, realizou-se uma riqueza estanque na nossa fronteira, uma vez que no seu "processus" o fator terra — isto é, o capital territorial — é quase tudo, enquanto o fator trabalho é quase nada. Não estando, pois, a terra distribuída e não havendo, também, distribuição do trabalho, a riqueza realizada não possui senão meios precários de circulação. Realmente, o gado pode subir de preço, que os efeitos dessa melhoria não se farão sentir na economia geral, pois não existe na zona um comércio baseado na produção pecuária, nem a capacidade de aquisição se funda no salário que essa produção engendra. Não existem pequenos criadores — nem poderiam existir — como há pequenos agricultores. Isso impede a animação comercial, limitando-se os benefícios da venda do gado a um círculo não só restrito como fechado.

O resultado é que a atual fisionomia econômica da fronteira é de franco anquilosamento, ao passo que sua sociedade — tomada historicamente — continua em potencial. Por efeito de uma economia que já descreveu completamente o seu ciclo, há atualmente um processo de decadência na campanha gaúcha e que se traduz, principalmente, nos coeficientes verdadeiramente vis do seu crescimento demográfico. Enquanto, de acordo com os últimos cálculos estatísticos, o município das zonas agrícolas apresenta um crescimento médio anual de 600 almas, o da zona pastoril não vai além de 130. Por que acontece assim? Não é o caso, absolutamente, daquela "infecundidade do homem civilizado", a que alude Spengler. Sendo "a abundância de nascimentos nas populações primitivas um fenômeno natural"<sup>3</sup> — e sendo as nossas populações fronteiriças se não primitivas, pelo menos ainda muito longe de qualquer refinamento — é de se crer que o baixo coeficiente de natalidade da nossa zona de criação se relacione com o anquilosamento econômico do meio. Assim, embora os nascimentos sejam ainda um fenômeno natural no mundo da pecuária, sua fraca percentagem denuncia uma grave perda de entusiasmo no seu "ritmo natural".

Todos os fatos levam a concluir, pois, que a nossa atividade pastoril já cumpriu seu papel histórico. Por si só, não conseguirá levar mais adiante o ambiente em que é exercida. Cada vez, será maior o resíduo social que se formará, não sendo à-toa — nem por simples atitude intelectual — que o problema dos marginais, chega, já hoje, a comover profundamente a própria literatura regional. Com efeito, a mais ligeira observação da vida do Estado nos revela quanto o compasso do desenvolvimento da zona pastoril é muito mais lento do que naquelas onde predomina a exploração agrícola. Começa que a propriedade está melhor distribuída nas terras da agricultura. Comparando-se, por exemplo, a Campanha com a Encosta da Serra — caracterizada a primeira pela economia criadora e a segunda pelo trabalho das lavouras — observa-se o seguinte: para uma área de, aproximadamente, cinco milhões de hectares existem, no meio criador, cerca de 30.000 proprietários, enquanto que, na metade desse espaço territorial — dois milhões e trezentos mil hecta-

<sup>3</sup> Spengler: La Decadencia de Occidente, Espasa Calpe, Madrid, 1933.

res — existem perto de 90.000 proprietários na zona agrícola. As duas situações se refletem imediatamente na fisionomia político-administrativa. Enquanto a Campanha, abrangendo uma área de 44.844 quilômetros quadrados, compreende apenas oito municípios, a Encosta da Serra, ocupando uma superfície de 22.642 quilômetros quadrados — isto é, cerca da metade da outra — conta com vinte e quatro comunas. Correspondendo à grande concentração da propriedade, a unidade municipal da zona pastoril tem, em média, uma área de 6.105 quilômetros quadrados, ao passo que o município da Encosta da Serra possui uma superfície média de apenas 943 quilômetros quadrados. Tendo-se em conta que os fatores da formação municipal são de ordem histórica e estão em função do alargamento da esfera de civilização, o fato de a zona da agricultura possuir um número de município três vezes maior do que a zona pastoril demonstra — logo à primeira comparação — quanto a vitalidade do meio lavoureiro é maior do que a do meio criador. Essa conclusão mais se reforça quando se verifica que, datando de ontem a colonização da Encosta da Serra, seus efetivos demográficos são expressos em cifras mais elevadas do que os da Campanha. Realmente, de acordo com o último recenseamento, a densidade demográfica da zona da criação é de 5,9 — isto é, quase seis habitantes por quilômetro quadrado — enquanto na zona agrícola, essa densidade é de 33,4. No domínio financeiro, o paralelo conduz aos mesmos resultados. A arrecadação pública no meio lavoureiro é mais intensa, tendo-se em vista a área fiscal. Se, pois, considerarmos que o movimento financeiro das entidades administrativas reflete, em última análise, o movimento econômico de suas jurisdições, somos forçados à seguinte conclusão: o "grau de intensidade" da Encosta da Serra, expresso financeiramente, é de pouco mais de quatro mil cruzeiros, enquanto o da Campanha não chega a mil e duzentos cruzeiros<sup>4</sup>. Dessa maneira, a ocupação econômica de ambas as zonas guarda entre si a relação de 4 para 1, em favor da Encosta da Serra.

É curioso observar ainda que, mesmo para um ambiente pastoril, a densidade demográfica apresentada pela nossa zona fronteiriça deixa muito a desejar. Realmente, de acordo com os resultados de sucessivas investigações diretas, ficou estabelecido que o meio de toda economia criadora apresenta uma população rarefeita distribuída entre 3 e 11 habitantes por quilômetro quadrado<sup>5</sup>. Todavia, dentro dessa escala, considera-se semidesértica toda região cuja densidade de população não ultrapasse de 7. Ora, se tivesse a nossa campanha de atingir um efetivo demográfico que desse a média de 11 habitantes por quilômetro quadrado, isso já teria se verificado. E essa conclusão é tanto mais válida se aceitarmos a regra de que "a densidade demográfica vem a ser, de certa maneira, uma consequência do sistema econômico"<sup>6</sup>. É indubitável, pois, que a economia pecuária rio-grandense esgotou sua capacidade própria para ganhar novos impulsos — o que não quer dizer que esteja condenada, mas, apenas, que está necessitando uma revisão. Uma nova ordem de trabalho está sendo exigida no sentido de criar atividades novas, pois, a conti-

<sup>4</sup> O grau de intensidade econômica está calculado aqui indiretamente — isto é, subentendendo-se que a vida financeira de uma zona traduz sua força de produção. Quando há elementos estatísticos diretos, o cálculo da intensidade natural da economia se realiza pondo-se em relação o movimento da produção com a área física produtora.

<sup>5</sup> Compendium of the eleventh Census of U.S.A.: 1890.

<sup>6</sup> Wagemann: *Estructura y Ritmo de la Economía Mundial*, Editorial Labor S. A., Madrid, 1937.

nuar o existente regime econômico exclusivista, chegará um tempo em que o próprio criador perderá sua firmeza, uma vez que existem forças históricas mais poderosas do que o interesse privado dos criadores de bois. E, então, a história que se contará será muito parecida com aquela que, no Nordeste canavieiro, teve a usina como principal agente, a reduzir à ruína aristocráticos e rotineiros senhores de engenho.

Não é do caráter deste trabalho apresentar soluções, mesmo porque o assunto requer uma outra ordem de investigações. Mas, mesmo dentro dos limites a que me impus — e que é o de traçar um panorama da economia regional — aquela conclusão sobre o marcar passo da nossa criação avulta do próprio encadeamento dos fatos. Basta atentar, por exemplo, para a circunstância de que a nossa pecuária ainda se realiza extensivamente, sem dispensar qualquer interesse pela complexidade das atuais relações de produção. E isso porque, sendo a atividade pastoril um esforço específico da zona, gerou hábitos e ideais de trabalho também específicos. Pode-se muito bem calcular qual seja o seu destino no dia em que o interesse social de uma produção muito mais intensa e racional entrar em choque com a acomodação econômica do nosso mundo criador. Acredito que, para fazer-se da atividade pastoril uma exploração realmente econômica — e falo aqui em termos histórico-sociais — é mister estabelecer condições que só poderão ser impostas e nunca geradas pelo próprio organismo da economia criadora. Nos tempos que correm e, principalmente nas épocas que já se anunciam, o exclusivismo pecuário é socialmente deficiente e economicamente anacrônico. O grosso da população do nosso meio pastoril vegeta à sombra da safra e do boi. E a produção é de tal maneira precária de meios que o sistema não resiste a seis meses de estiagem ou a uma geada mais prolongada, além de não ser capaz de atender a necessidades mais agudas, como as conseqüentes da Segunda Guerra Mundial.

A nossa Campanha, assim, se apresenta hoje como teatro de um comportamento de inadaptação, como se a história não tivesse prosseguido, como se o tempo estivesse a fazer voltas em torno à mesa de jantar da estância. Certo pensador — que não peca por excesso de materialismo nas suas interpretações — chegou à conclusão de que "a miséria atual depende exclusivamente de falta de adaptação das idéias aos fatos". Por que haveremos de consentir que a nossa região criadora caminhe para a ruína, se conhecemos os fatos que marcam sua indiscutível decadência e não nos são desconhecidas as possibilidades de nos pormos de acordo com a imposição desses fatos?



Não se vá pensar, no entanto, que a agricultura rio-grandense represente já a economia substituidora ou mesmo que deva substituir a atividade pastoril. O que acontece é apenas que a economia agrícola serve mais ao interesse geral do desenvolvimento da região. É uma força histórica de maior conteúdo civilizador e, portanto, de mais profunda ação social. E, com muito mais razão no Rio Grande do Sul, onde nenhum produto pertence ao quadro de trabalho das "plantations", como pertencem o café, o açúcar e o algodão. Somente o arroz, nestes últimos tempos, adquiriu foros de grande cultura. Sabem todos, porém, quanto esse alargamento da sua esfera de produção foi conseguido de maneira quase artificiosa. Conseqüência das mais estranhas animações pela obtenção do lucro excepcional — proporcionado por situações comerciais extraordinariamente favoráveis — a grande exploração arrozeira entre nós pode ser tida na conta de um verdadeiro "rush", isto é, de uma corrida de aventureiros. (Esti-

ma-se que, em dado momento, 70% das pessoas interessadas na lavoura do arroz em nosso Estado estavam constituídos de estrangeiros, profissionais e historicamente, às atividades exploradoras da terra).

Afora esse exemplo, pode-se afirmar que a economia agrícola rio-grandense é, no mais profundo dos seus sentidos, uma economia de consumo. Surgiu de necessidades particulares de subsistência — no máximo de necessidades regionais. Não é sem significação o fato de a nossa agricultura, ainda hoje, representar uma soma de explorações pequeno-proprietárias. Portanto, para quem aprecie por esse critério histórico o panorama da produção natural do Estado, não admirará a circunstância de, até ontem, não se haver cogitado de ampliar o sistema de transportes e comunicações regionais. E se isso veio finalmente a tornar-se uma obra pública imprescindível, foi porque se intensificou o trabalho na pequena propriedade, dando ocasião a um extravasamento dos produtos para além das suas antigas redondezas de colocação, fazendo surgir a necessidade de conquistar mercados distantes. A complicação do problema residiu em que, operando-se essa intensificação do trabalho da noite para o dia, não houve tempo para um desenvolvimento correlato dos meios técnicos do seu comércio. O avanço da produção se realizou tão rapidamente que, em dado momento, a situação se apresentou como a de uma ofensiva cuja retaguarda tivesse sido cortada.

A característica histórica da agricultura rio-grandense é a de não haver sido providenciada pela fome de matérias-primas e bens de consumo que, desde os fins da era mercantilista, vem estabelecendo a rede do comércio internacional e que obriga muitas regiões a produzir unicamente para a exportação. Daí, também a ausência, entre nós, daquele estruturamento social que, ainda hoje, perturba a evolução de várias regiões brasileiras e lhes dá um caráter de existência colonial. Mas, se a nossa produção agrícola não foi incluída, até agora, na órbita do intercâmbio mundial — exceção feita ao arroz — já é de longa data a sua participação nas trocas dentro das fronteiras nacionais. Se tivermos em conta o fato de que a próxima etapa da economia brasileira será a de que os recursos do país irão ser arregimentados em função da aquisição interna — tal como aconteceu nos Estados Unidos — compreender-se-á o grandioso papel que está destinado à lavoura gaúcha. Amanhã, o Brasil deixará de apoiar o sistema da sua existência em produtos que, como o café, têm por única missão econômica ir buscar ouro no estrangeiro. Isto é, o próprio interesse da consolidação do nosso império físico fará com que se apague a preponderância da mentalidade que dá aos mercados externos a maior importância. E o nosso próprio consumo é que irá ditar nossa política de produção. E regiões agrícolas, como o Rio Grande do Sul, haverão de ser o esteio dessa política — não porque esteja repetindo aquela velha história dos celeiros — mas porque o território da antiga província de São Pedro é, no país, o "habitat" de produtos que ainda hoje buscamos fora em quantidades quase totais.

A grande felicidade destes mundos é que suas atividades lavoureiras não irão transformar-se. Quer dizer, seu caráter primário — que foi o de atender necessidades de consumidores imediatos — se manterá, com a diferença de que se ampliará grandemente sua esfera de colocação. De nenhuma maneira, porém, assistiremos aqui à organização de atividades em que o próprio povo gaúcho não esteja interessado como um dos elementos do binômio produzir-consumir. E essa não é uma afirmação graciosa, ou petulante. É o resultado de um simples estudo da fisionomia econômica



regional que, se não é ainda a de um organismo cristalizado, também não é mais a de um mundo à espera de que a semente seja lançada. Por outro lado, não se tendo desenvolvido a economia rio-grandense pela linha do velho colonialismo, não gerou aquela "camada baixa" do trabalho, onde a exploração em grande recruta os escravos modernos. Nem se pode admitir mesmo que, um dia, sejamos forçados sequer a pensar na importação do braço vil. Quando se impuserem os interesses da máxima produção, a máquina será largamente empregada e o espaço para que essa máquina atue reprodutivamente será conseguido por meio da cooperação. Não acredito em vocações, quando se trata de coletividades econômicas. Mas, por uma força de expressão puramente literária, poderia dizer que existe aqui uma vocação cooperativista. São não é realmente vocação porque é uma tendência pertencente a uma ordem de fenômenos cuja lei pode ser explicada. E essa lei é a da evolução da propriedade. As antigas colônias em que foi repartida a selva rio-grandense, sendo pequenos tratos de território, são incompatíveis com a produção mecanizada, uma vez que a maquinaria moderna requer largo espaço para que seja totalmente aproveitada a sua produtividade. Por outro lado, a subdivisão do trabalho em economias familiares — que é a característica da terra retalhada — implica diversidade nos tipos dos produtos, dificultando enormemente a exigida padronização dos artigos de exportação. E é para exportar também — e não apenas para consumir no local — a que os futuros acontecimentos levarão as atividades agrícolas do Rio Grande do Sul. E isso acarretará um novo ajustamento dos fatores da produção.

Até agora, nós exportamos para o resto do país e para o estrangeiro os excedentes do nosso consumo, exceção feita ao arroz, às cebolas, às batatas e ao feijão. Mesmo esses produtos não podem ser incluídos — à parte o primeiro — no rol dos que são mais vendidos fora do Estado do que absorvidos pela própria população. Apesar de as nossas estatísticas da produção não serem perfeitas, se as confrontarmos com as da exportação — que são rigorosamente exatas — verificaremos que três quartas partes das nossas colheitas são consumidas aqui mesmo. Ora, num momento como o atual — não são às vésperas de excepcional solicitação estrangeira, como em face da já inadiável necessidade de eliminar o déficit alimentar nacional —, precisa alavouara gaúcha encontrar meios e modos de se adaptar às imposições, sem dúvida categóricas, do comércio tanto interno, como externo. Esse é o problema que, no fim da Segunda Guerra Mundial se nos apresentou com toda violência. E não é uma questão apenas de produzir mais e, sim, de acordo com exigências que, até hoje, não se fizeram sentir na nossa economia de produção.

Nós estamos na obrigação de insistir nesse tema, a fim de que não venha a perturbar-se o equilíbrio que, bem ou mal, caracteriza a sociedade econômica do Rio Grande do Sul. O regime pequeno-proprietário — base da admirável distribuição da riqueza nesta região — está entrando numa fase crítica, tanto técnica como social. O barateamento da produção, de par com a multiplicação quantitativa dos seus resultados, não pode ser conseguido com a manutenção das explorações em pequena escala. E, tanto um como outro desses objetivos — isto é, produto barato e num volume muitas vezes maior do que o atualmente obtido — precisam ser alcançados, se realmente desejamos que a economia gaúcha desempenhe a missão que lhe está reservada na obra de dar uma definitiva estrutura ao "imperium" brasileiro. Isso exigirá novas técnicas, as quais porão fim ao sistema colonial, quer dizer: acabarão como o retalhamento da terra.

Pode-se muito bem avaliar o quão desastroso será para a nossa existência a invasão territorial do grande capitalismo — como já aconteceu nas áreas algodoeiras do nordeste do país. Será, antes de mais nada, a proletarianização de grandes massas de camponeses, arrancadas de suas modestas propriedades pelo peso do dinheiro, pois a máquina — que é o instrumento das grandes explorações capitalísticas — é um monstro cuja fome de espaço obrigará seus detentores a somar inúmeros pequenos domínios. Como conjurar tal ameaça? Não será simplesmente resistindo, pois, não só será inútil tal resistência, como aquela soma é condição elementar para serem atingidas as etapas superiores da agricultura rio-grandense. A solução terá de ser conseguida, dessa maneira, como agrupamento das terras dos pequenos lavradores, organizando-se uma unidade econômica mais ampla à base do capital territorial individual. E, então — assistida tecnicamente a nova organização pelo Estado e instituído o nunca assaz lembrado crédito rural — a mecanização da nossa agricultura se realizaria por efeito da nossa própria iniciativa e não por força de expansão de capitais anônimos.

Em resumo: as atividades agrícolas regionais estão no momento não só de serem revigoradas, como, sobretudo, arregimentadas. A sabedoria na realização de tal política estará em não se jogar fora a experiência social da pequena propriedade, nem promover uma refundição de fatores que implique o desprezo das velhas bases sobre que assenta a esplêndida democracia econômica do Rio Grande do Sul. Diferentemente do que acontece no mundo da pecuária, os problemas que temos a enfrentar no domínio da economia agrícola não são propriamente de natureza terapêutica. São de organização. Enquanto as atividades pastoris pertencem ao quadro de uma economia exausta, com uma formação residual que não demorará muito a absorver todo o organismo social, os trabalhos lavoureiros se incluem entre as manifestações de nossa vigorosa juventude econômica. Se esses trabalhos requerem atenções é pelo simples fato de não estar preparada tecnicamente a nossa agricultura para o grande passo no mundo de uma mais intensa troca. E digo tecnicamente, não apenas nesse sentido restrito da modernização dos processos — a qual já vem sendo tentada através da iniciativa oficial — mas também, e muito especialmente, no sentido da sistematização de todas as relações da produção, visando aquela "coordenação conjuntural" que Wagemann foi descobrir como sendo a suprema finalidade de uma política econômica em um momento histórico como o que atravessamos. Isto é: momento de relações complexas e inapelavelmente interdependentes.

O que, até então, representou um conjunto de efeitos relacionados imediatamente a causas ainda não sociais — como é justamente o caso da nossa história da produção — precisa ceder lugar a uma função do bem público, do caráter imediato e de adaptação às tendências econômicas universais. Todavia, é preciso considerar, primeiramente, cada coisa em seu lugar e a seu tempo, pois cada organismo econômico possui uma constituição específica, um caráter particular, um íntimo sistema<sup>7</sup>. Essa é a razão por que, linhas atrás, aludi à necessidade de não perdermos o contato com a base de uma economia que, como a nossa agricultura, está referida à distribuição da terra. Se permitirmos a absorção capita-

<sup>7</sup> Wagemann: *La Stratégie Economique*, traduction française de René Zilar, Paris, 1938

lística dos nossos campos agrícolas, estagnaremos o processo mais profundo da nossa democratização. E isso será, à parte mesmo a destruição do equilíbrio social, a descaracterização da nossa vida no que ela possui de fundamental. E não sei se, então, poderíamos exhibir, como agora, um alto padrão de trabalho e, conseqüentemente, igual velocidade na circulação da riqueza. Em nenhum outro setor de atividades produtoras se impõe mais a investigação sobre a natureza íntima das relações entre o homem e o meio social, já que a terra — sendo a grande constante num processo de evolução contínua — deve ser defendida contra os efeitos perturbadores de interesses e necessidades que lhe são estranhos, mas que a história força à consideração. Não precisaremos mandar para o sol, como Josué às portas de Jericó, nem necessitaremos encontrar novos instrumentos ou forjar novas idéias para uma penetração na noite, pelo fato de não nos haver sido possível prolongar a duração da luz solar. Basta que aceleremos o ritmo das atividades diurnas de modo a que a escuridão não nos surpreenda no meio do caminho.

Nessa passagem de nível — como a do dia para a noite — é que se encontra a economia rio-grandense. Só que a transposição dos últimos limites levará ainda o tempo de uma geração, não sendo ainda hora, portanto, de abandonarmos nossa missão àqueles que já se aproximam de holofotes acesos. Certamente que, um dia, precisaremos dessa iluminação, mas, se soubermos compreender que, no momento, ainda poderemos agir arregalando apenas um pouco mais os olhos, será de dentro do nosso próprio sistema que surgirá o novo condicionamento. E a história da nossa economia se referirá, então, no futuro a uma transformação de elementos originários e não a uma invasão de forças novas.

## 2 — "Processus" Industrial

Antes de entrar na apreciação direta dos fatos da economia industrial do Rio Grande do Sul, impõe-se a análise das circunstâncias gerais a que esses fatos estão historicamente referidos. Além disso, o presente estudo foge determinadamente à metodologia das especializações, pois visa, não aos aspectos técnicos da atividade econômica, mas a sua fatori-zação social. Se se disser que o presente trabalho representa mais o fruto de uma investigação sociológica do que o resultado de uma pesqui-sa no campo da produção, estarei perfeitamente de acordo, desde que es-sa opinião se apóie no fundamento científico da moderna sociologia — e que é a de que "nas ciências sociais, os problemas não se manifestam em meros fatos e, sim, em uma série de conflitos e crises que só poderão ser esclarecidos por meio da análise adequada"<sup>8</sup>. E não somente isso, como não é possível — a não ser fazendo uso de explicações simplistas — clas-sificar observações e agrupar dados em séries históricas particulares e absolutamente desligadas das suas fontes profundas. Nem a estatística, que se preocupa apenas em medir, se reduz hoje a um instrumento de de-monstração de resultados e, sim, que procura descobrir as leis de va-riação dos fenômenos que afetam a existência humana.

Assim, considerando-se que as atividades fabris são fase avançada de um "processus" histórico, a última etapa de um desenvolvimento econômico sistemático, seu estudo não pode ser realizado senão em função dos ele-mentos que as condicionaram — o que vale dizer: em função de toda a evolução da sociedade. Os esforços econômicos elementares, como sejam as explorações agrícolas, a criação e as indústrias extrativas, não fogem também — quando estudados como fases do "avanço da civilização" — ao relacionamento com o desenvolvimento social. Todavia, pertencendo ao qua-dro da expansão primária, quase sempre ligados esses esforços às lutas do desbravamento, sua análise histórica é menos complexa que a do apro-veitamento fabril. No caso do presente trabalho — que é uma análise do desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul — importa primeiramen-te traçar suas linhas determinantes, linhas essas cujas origens têm lug-ar na própria fundamentação do sistema econômico nacional.

Como vimos na primeira parte deste estudo, foi já passada a primeira metade do século XVIII, que o fabrico do charque possibilitou um apro-veitamento menos rudimentar dos nossos recursos regionais. O que vale dizer que foi naquele momento que se iniciou, entre nós, o processo pro-gressista da produção. Esse processo, todavia, não era um fenômeno in-dependente, mas, sim, uma função de relações mais amplas — tanto de na-tureza geográfica, como social e política. Geograficamente falando, nos-sa evolução econômica tinha por teatro um território imenso sem trans-portes, onde a fundação de "currais de gado grosso" e as corridas para os "descobertos" de ouro constituíam os únicos instrumentos da expan-são, absolutamente inconsolidada, de um mundo cuja ordem se edificara sobre a precariedade de estabelecimentos militares, espalhados de longe em longe na costa. Politicamente, mal passávamos de uma "plantation" lusitana, com nossos portos fechados e sem comércio, pois não se pode

<sup>8</sup> K. Mannheim: *Libertad y Planificación*, tradução espanhola de Ruben Landa, México, 1942.

classificar de transações comerciais as que nos eram impostas pelos monopólios metropolitanos. Socialmente, o país era apenas o acampamento de uma pequena e infeliz humanidade — um rebanho de negros escravos sob as ordens de reduzidos grupos de homens livres, sendo estes presa da displicência que assalta os beneficiários de uma prosperidade ociosa, num mundo cujas promessas não lhes era preciso ouvir: um mundo para o qual não vieram cheios de necessidades e de sonhos.

E como essas condições gerais negativas ainda fossem poucas — população rarefeita e sem intercomunicação, trabalho escravo, capital simplesmente fundiário e falta de liberdade de comércio — a fundação de indústrias foi terminantemente proibida em 1785, por édito de D. Maria I. Aliás, bem analisadas as coisas, essa medida foi absolutamente desnecessária, dado que a impossibilidade de exercer atividades fabris estava implícita naturalmente no nosso regime de vida e era inata ao nosso primaríssimo sistema de produção. Se houvesse condições propícias ao desenvolvimento industrial, que eficácia poderia ter a aplicação dessa lei proibitória num território de largas fronteiras e situado a milhares de quilômetros da metrópole? Idêntica legislação foi consertada na Inglaterra para as suas colônias, com idêntica falta de necessidade. Tanto assim que podemos aplicar à nossa situação daquelas épocas a seguinte observação de um historiador norte-americano: "As desvantagens com que tem de lutar a indústria colonial procedem de qualquer parte, menos da política metropolitana. Na verdade, não era grande a tentação para violar a lei, pois o comércio intercolonial de artigos manufaturados era reduzido e as condições econômicas existentes eram em tudo desfavoráveis, constituindo a principal dificuldade a relativa ausência de um mercado interno"<sup>9</sup>.

No nosso caso, essa ausência nem ao menos era relativa — era absoluta. Depois, o nosso povoamento esteve muito longe de ser recomendável como providência econômico-histórica. À parte reduzida corrente de aventureiros que nem se deve tomar em consideração — toda a nossa imigração colonial foi integrada por contingentes de escravos. Ora, se as colônias inglesas da América, que receberam povoamento intenso — e no qual tomaram parte ponderáveis correntes de imigrantes livres — não representavam mercado para suas próprias manufaturas, que possibilidades poderia ter, nesse campo de produção, uma estrutura colonial que, como a nossa, era socialmente muito mais simples e economicamente muito mais primitiva? Se os colonos norte-americanos — que não só mantinham lucrativas transações diretas como exterior, como chegaram até possuir frota mercante própria — não estavam histórica e economicamente capacitados para empreender explorações fabris, que oportunidades poderia oferecer ao empreendimento industrial a economia colonial brasileira, cujo campo era, antes de tudo, o meio preferido para a aplicação de medidas e providências baseadas na idéia de que "como é demonstrativamente crer, sem o Brasil Portugal é uma insignificante potência"<sup>10</sup>.



<sup>9</sup> E. C. Kirkland: *Economic History of the U.S.A.*, New York, 1940.

<sup>10</sup> Instruções de D. Maria I ao vice-rei Luiz de Vasconcelos. Documento transcrito por Varnhagen na *História Geral do Brasil*, edição da Companhia Melhoramentos de São Paulo.

A falta de liberdade de comércio, durante o período colonial, foi, sem dúvida alguma, o mais importante obstáculo ao empreendimento industrial. Isso não quer dizer, entretanto, que, se houvésssemos gozado de um comércio livre, as atividades manufatureiras ter-se-iam expandido como um gás libertado do seu envoltório. Seria, assim, considerar de influência direta um agente de condições. Se como as colônias norte-americanas, houvésssemos sido livres de comerciar com o exterior, ter-se-iam gerado entre nós as circunstâncias de riqueza e progresso econômico determinantes do surto fabril. Dessa maneira, não nos teríamos atrasado de um século com relação aos Estados Unidos, os quais, depois da independência, não foram forçados, como nós, a começar tudo do princípio. Com efeito, o Brasil levou todo o século XIX a vencer etapas primárias do desenvolvimento do seu sistema de produção, enfrentando não somente os árduos problemas da fundamentação nacional da economia, como, ao mesmo tempo, fazendo face à adversidade de tendências que, no plano da história universal, concebiam o mundo como um conjunto de esferas de influência do imperialismo industrial nascente. Todas as fases que as colônias inglesas da América venceram no século XVIII — e num ambiente histórico mundial mais propício — nós tivemos de vencer depois da emancipação política, sob pressão de poderosíssimas forças que ensaiavam o passo para a dominação econômica universal.

Assim, só depois da abertura dos portos, tem início no Brasil o processo que, em suas etapas mais avançadas, força a iniciativa industrial. As portas do comércio internacional nos foram franqueadas, mas, como até então, havíamos vivido sob um regime de economia natural — à base de trocas em espécie — nossa participação na esfera de um intercâmbio à base da moeda se realizou, por longo tempo, com a ajuda dos capitais e dos meios de transportes ingleses. Escapamos de uma servidão para cair noutra, embora a última nos proporcionasse relativa margem de capitalização. Isso é: as estritas oportunidades para uma lenta formação capitalista. Só o fato de haveremos atrelado nosso carro à composição de um sistema econômico que a revolução industrial habilitara a redescobrir o mundo, revela o caráter de dependência das nossas relações de produção pelos tempos a fora — e que chegou até nossos dias, traduzida em mil manobras imperialistas de retardamento do nosso progresso.

É preciso não esquecer ainda que o progressismo da política comercial inglesa — ditada pela necessidade de organizar uma aceitação universal para os seus produtos industriais — não influiu, como seria de desejar, no sentido de transformar nossa concepção da existência. Condenando o escravagismo e proibindo o tráfico de negros, a Inglaterra visou, sobretudo, a derrubada dos obstáculos à estandardização da vida na terra — de cuja estandardização se beneficiariam suas fábricas, permitindo-lhes a sistematização da produção que o uso da máquina exigia. Essa sugestão de progresso — que pode ter sido interesseira, mas cujas altas conseqüências históricas são indiscutíveis — nós não aceitamos. Durante sessenta e seis anos de existência política emancipada, mantivemos a exploração do braço escravo, embora adotando meias medidas, sempre tardias, que tinham o mérito de perturbar o regime econômico vigente, sem que proporcionassem condições para o aparecimento de modernas atividades produtoras. E se é certo que, desde 1824, passamos a nos preocupar com atrair colonos europeus, não se pode dizer que o fizemos em obediência a uma real política imigratória — isto é, visando a organizar, de maneira intensiva, uma sociedade econômica à base do trabalhador livre.

É que a própria colonização estrangeira representou, a princípio, um novo tráfico humano. Aquela corrente espontânea que se dirigiu para os Estados Unidos, desde o princípio — e que foi como uma maré montante pelos meados do século passado — só muito tarde se orientou para o Brasil, quando a Alemanha, transformada em potência marítima e industrial da noite para o dia depois da vitória sobre a França em 1870, lastreava com massas de emigrantes os navios que, para cá, ainda vinham vazios, buscar matérias-primas<sup>11</sup>. Somente nesse momento é que se encerra a colonização dirigida — e que servia mais a certas preocupações religiosas, de mistura com interesses de companhias oficialmente organizadas para tal fim. Somente depois da guerra franco-prussiana é que, por obra e graça da criação germânica de um mercado de passagens transoceânicas, se estabeleceu para cá a verdadeira corrente do trabalhador livre europeu. No entanto, essa imigração intensiva esteve muito longe de representar, entre nós o peso que faria virar a balança, como aconteceu na América do Norte, onde a nova sociedade democrática surgiu da idéia de iniciativa do imigrante, frente a problemas de progresso individual, num mundo a construir. Como lá, nós libertamos o negro, é certo. Mas, enquanto o abolicionismo norte-americano não se reduziu a uma simples providência governamental — e sim que foi uma das conseqüências de um rompimento de estrutura, idêntico àquele que destruiu a ordem feudal — a libertação dos escravos, entre nós, limitou-se a uma medida de caráter sentimental e tão sem imposição histórica que nenhum observador realista poderá dizer que foi um acontecimento necessariamente inadiável. E tanto foi assim que, depois de 1888, o sistema da economia nacional não sofreu o "abalo" esperado, continuando bem viva uma estrutura em que as atividades econômicas se classificam de acordo com ideais de existência da "classe ociosa" — cuja base a instituição do trabalho livre não modificou quase até nossos dias. Para se compreender bem que empecilho representou para o nosso progresso o fato de continuar historicamente válida, depois da Abolição, a base territorial da nossa sociedade — o que vale dizer, o regime da produção servil — basta ter em conta que nenhum progresso é possível se não existe clima para um ininterrupto processo de ascensão das massas trabalhadoras. Isto é: se não houver "uma considerável subdivisão da propriedade de par com leis e costumes que assegurem às classes inferiores uma participação mais ou menos definida no produto do seu trabalho"<sup>12</sup>.

Um mundo como o nosso — de tão rigorosa estratificação social — que nem a República reduziu imediatamente a um único plano de desenvolvimento, tinha de ser grandemente resistente à influência democratizadora dos que, emigrando de sua paisagem européia, vieram ter aqui a iniciativa da própria felicidade. E se bem já tivessem vindo para a terra subdividida, foram encaminhados para a selva, a começar tudo do princípio — justamente como deveria ter sido pelo menos cem anos antes. Quando essa sociedade — desenvolvida pelo poder do trabalho — alcançou a fronteira da concepção ociosa, a terra se transformava, ou, o que é ainda pior, ia se transformando, por força do desmoronamento daquela "forma estática com que a burguesia vitoriosa se esforçou por ser um meio termo en-

<sup>11</sup> Hauser: *Los Métodos Alemanes de Expansion Económica*, tradução e edição da Câmara Oficial de Comércio de Madrid, 1917.

<sup>12</sup> Th. Veblen: *Teoria de la Clase Ociosa*, tradução espanhola de Vicente Herrero, México, 1944.

tre dois extremos"<sup>13</sup>. Assim, na hora em que se apresentou a oportunidade de recebermos a influência estimulante de novos ideais de produção — que as populações de formação imigratória criaram, à base do esforço para progredir individualmente — as circunstâncias históricas estavam nos preparando para pular de um extremo a outro, sem havermos conhecido o clima do "meio termo". Isto é: íamos atravessando do estágio inferior ao capitalismo privado — durante o qual foram mínimas as possibilidades de arrojo e empreendimento — para a fase do capitalismo de Estado, que dispensa, em certo grau, a obra do risco e da iniciativa particular.

Ora, sendo as atividades industriais uma expressão típica de sociedades dinâmicas, pode-se muito bem avaliar quão penosa foi nossa iniciação fabril e quanto tivemos de malhar em ferro frio, até que as condições se tornassem relativamente propícias. No caso do desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul, que foi beneficiado diretamente pela incorporação de grandes massas de trabalhadores europeus, os esforços manufatureiros tropeçaram na falta de uma preparação nacional para encorajá-los, forçando os empreendimentos aqui tentados nesse sentido a se restringirem, por muito tempo, a simples formas de artesanato. E a principal causa dessa impreparação nacional residiu na ausência do mercado interno, além das de natureza sociológica que até agora procurei enumerar e situar historicamente.

Sem um mercado interno coeso, teria de fracassar qualquer iniciativa industrial no Brasil, uma vez que, somente com este mercado haveria de contar a distribuição dos produtos manufaturados. Ora, essa coesão — cujo grau ainda hoje não é "opimum" — era praticamente inexistente ao tempo em que o ministro Alves Branco, pioneiro da política protecionista no Brasil, sugeria ao parlamento do Império que "é mister marchemos em demanda da indústria fabril em grande, por meio de uma tarifa anualmente aperfeiçoada"<sup>14</sup>. E a prova dessa ausência de articulação sistemática das diversas regiões brasileiras, nós vamos encontrar na seguinte observação de um dos mais autorizados economistas da época: "A importantíssima praça do Rio de Janeiro acaba de passar por uma crise comercial assustadora... e causa admiração que essa crise não se fizesse sentir em nenhuma das províncias do Império"<sup>15</sup>. Se uma crise, verificada na capital do país — que era também o órgão de propulsão de toda a existência nacional — não teve repercussão nos demais centros do sistema de produção e distribuição, deve ter sido porque o Brasil não passava realmente de um aglutinado de regiões, perfeitamente independentes umas das outras. Nessas condições, teríamos primeiramente de promover — ou esperar que o tempo promovesse — a unidade de comércio exigida para o desenvolvimento de uma economia complexa, como é a industrial, e cuja razão histórica reside, antes de tudo, nas oportunidades que se lhe oferecem para uma expansão cada vez maior. Qualquer providência protecionista, tomada sem que, paralelamente, se procurasse botar abaixo os obs-

<sup>13</sup> K. Mannheim: *Ideology and Utopia. An Introduction to the Sociology of Knowledge*, Londres, 1936.

<sup>14</sup> Relatório apresentado ao Parlamento em 1844 e citado por José Maria dos Santos em *A Política Geral do Brasil*, São Paulo, 1930.

<sup>15</sup> Sebastião Ferreira Soares: *Esbôço ou Primeiros Traços da Crise Comercial da Cidade do Rio de Janeiro, em 10 de setembro de 1864*, Rio de Janeiro, 1865.



táculos que impediam uma circulação contínua e uma permuta constante das diversas riquezas realizadas nas várias zonas do país — qualquer providência estimulante, da espécie do estabelecimento de tarifas aduaneiras, tomada em desatenção ao problema da regularidade das nossas comunicações internas, seria apenas uma providência fiscal, como de fato o foi em todas as ocasiões que a história registra.

Que adiantaria fundar indústrias no sul, no norte, ou no centro, se seus produtos não contavam com escoamento certo e a tempo para as outras partes do território, se esses produtos não podiam ser intercambiados sistematicamente? A navegação ao longo da costa se fazia penosamente, não mais em virtude daquele mistério meteorológico e oceanográfico — que já estava decifrado — e sim em razão da deficiência da nossa aparelhagem naval. Ir de qualquer ponto do Brasil à Europa e mesmo a Buenos Aires, era muito mais fácil do que viajar de Porto Alegre ao Recife. E se era difícil uma pessoa viajar na periferia do Brasil, muito mais o era transportar mercadorias através dos precários caminhos centrais. E o mais interessante é que essa situação resultava principalmente da política de proteção à navegação nacional, acontecendo, porém, que nem essa navegação ia para frente — em razão de muitos fatores serem incontornáveis por simples dispositivos de lei — nem o comércio a que essa navegação deveria servir podia tomar fôlego.

Tavares Bastos classificou tal proteção de *espoliação legal*<sup>16</sup>. A questão, no entanto, não era apenas para ser discutida juridicamente, embora estivesse o grande polemista cheio de razões quando condenou o monopólio da navegação de cabotagem. Tudo, porém, o que ele ajunta como elementos para uma discussão que não desceu das alturas de uma afirmação de princípios, representa material do fundo. Batendo-se pela liberdade dos transportes marítimos ao longo da nossa costa, *Solitário* servia apenas às suas convicções de liberal "à outrance". No entanto, o serviço que realmente prestava era à causa vulgar de uma economia, cujo processo seria fatalmente acelerado, conduzindo forçosamente a uma situação em que a tarifa protecionista perderia seu caráter de medida fiscal e cujo estabelecimento nenhuma filosofia liberal seria capaz de impedir. Nem há dúvida que, com um regular e intenso comércio de cabotagem, a taxa aduaneira não teria servido de pelourinho — como serviu — às idéias de uma produção menos primária, o que favoreceu grandemente a vitória dos ideais ingênuos do *essencialismo agrícola*, ainda hoje tão ao gosto dos sebastianistas das "estradas de gado"<sup>17</sup>. Se como desejava Tavares Bastos, fosse dada ampla liberdade à exploração da navegação de cabotagem, respeitar-se-ia no momento os seus princípios. Mas a consequência histórica da medida seria um desserviço ao livre-cambismo. Uma ocasião chegaria em que a vida se tornaria mais forte do que a idéia. E o que, até então, só artificialmente havia sido cogitado, impor-se-ia deterministicamente. Infelizmente assim não aconteceu e o impertinente obsoletismo das nossas leis sobre a navegação na costa, concorrendo para a estagnação das economias particulares de cada região brasileira e fechando-as quase dentro de si mesmas, adiou o advento da era industrial no país.

<sup>16</sup> Tavares Bastos: *Cartas do Solitário*, Coleção Brasileira, São Paulo, 1938.

<sup>17</sup> Cicinato Braga: *Brasil Novo*, São Paulo, 1931.

Com efeito, de acordo com a referida legislação de proteção à cabotagem nacional, somente às companhias e armadores brasileiros seria permitido explorar o tráfego marítimo e fluvial em águas territoriais. A dificuldade, no entanto, não residia no cumprimento dessa exigência. O difícil era tripular os barcos com dois terços de nacionais, numa época em que o trabalhador livre quase não existia, tornando-se penoso o recrutamento da marinhagem e remotíssima a possibilidade técnica de bons navegadores. O resultado foi que, para percorrer um litoral imenso, bem mesquinhos foram os recursos à nossa disposição. Assim, como contar com a assiduidade de comunicações exigida por um maior desenvolvimento das nossas relações internas? E como pensar em desenvolvimento industrial com essas relações internas quase problemáticas? Como poderia desenvolver-se uma economia nacional se, em muitas ocasiões, seus produtos recebiam tratamento idêntico ao dispensado às mercadorias de origem estrangeira? Bastava que um navio de outra nação transportasse do Rio Grande para Santos uma partida de charque para que essa partida fosse considerada como "de novo importada no Império, ficando sujeita a direito de consumo"<sup>18</sup>. O dilema estava imposto: ou se produzia de acordo com a reduzida capacidade do transporte nacional, ou se aceitava o ônus de se considerar estrangeiro o que se produzisse. Em ambos os casos, não poderia haver o mínimo estímulo a atividades que, por sua natureza, só resultariam vitoriosas se fossem exercidas em termos de produção e consumo em massa — como é o caso das atividades fabris.

Todavia, para o caso especial do Rio Grande do Sul, essa medalha tem um reverso providencial...



O insignificante progresso da nossa navegação de cabotagem não permitiria que a economia rio-grandense se desenvolvesse de acordo com as oportunidades que se lhe ofereciam e à altura dos recursos naturais da região. Mas esse mesmo insignificante desenvolvimento dos nossos meios de transporte marítimo, tornando mais raras as comunicações com o mundo exterior, forçou o trabalho gaúcho ao fornecimento de tudo o que não chegava a tempo e a hora das necessidades regionais. Os navios estrangeiros só ocasionalmente tocavam em portos do Rio Grande do Sul. E as visitas dos barcos nacionais, dado o seu pequeno número, só se verificavam de largo tempo em largo tempo. O resultado foi um relativo isolamento da região num momento em que, havendo a vida se tornado mais complexa, novas necessidades tinham surgido. Já não era mais a época da economia natural e das relações mais simples de produção. Havia subido o nível de vida não só material como social e isso implicava o aumento da lista de utilidades elementares.

Como consegui-las?

Numa época em que somente o interesse mercantil dos compradores de matéria-prima tinha força para vencer as dificuldades de comunicações e em que o moderno e diligente "caixeiro-viajante" ainda não havia feito seu aparecimento, o homem do pampa brasileiro encontrava muito maiores empecilhos para comprar do que para vender. Resultado: no mesmo período

<sup>18</sup> Art 307, do Regulamento de 22 de junho de 1836 — Coleção Leis do Brasil, do arquivo da Interventoria Federal do R. G. do Sul.

em que o senhor de engenho nordestino vestia seu "croisé" de pano inglês para ir à missa ou para votar, em que a sela do seu bom cavalo era também inglesa, em que seus sapatos eram ainda ingleses — o estancieiro rio-grandense se servia com a prata de casa. Já Saint-Hilaire observava que o padrão de existência no Rio Grande do Sul deixava muito a desejar, tendo-se em conta a riqueza realizada. A vida que se levava nas estâncias, medidas por léguas e léguas de sesmaria, povoadas por inúmeros rebanhos, era de uma estreiteza quase primitiva. A casa era de barro, os móveis toscos, a comida rústica, os trajés dos homens feitos de panos grosseiros, "tecidos certamente em casa"<sup>19</sup>.

Dessa maneira, eram grandes as oportunidades para o desenvolvimento de uma indústria familiar. E foi isso o que aconteceu. Essa indústria, à medida que as necessidades foram se tornando maiores e se complicando, foi também se ampliando e tornando mais complexa, a ponto de — em pouco tempo — adquirir uma relativa independência das atividades propriamente domésticas. O encerrar desse ciclo de auto-abastecimento deve ter se verificado muito mais tarde aqui do que em outras regiões do país. Ainda hoje, ao lado de adiantado parque industrial floresce uma atividade manufatureira não só do tipo familiar como artesã — situação, aliás, que nada tem de extraordinário, pois é mesmo do caráter das economias neocapitalistas a coexistência de relações de produção pertencentes a diversas fases de uma série de evolução histórica. Nas zonas de colonização de fisionomia social pioneira prevalece o tipo de indústria doméstica, sendo o artesanato realizado nas mesmas zonas onde se verifica uma concentração urbana já pronunciada. O mais curioso, porém, é que aquela manufatura familiar já não representa uma atividade auto-abastecedora, de acordo com o seu antigo caráter histórico. O elemento interessado nesse trabalho adquire suas utilidades nos mercados da produção estandardizada, onde as mercadorias custam menos do que as fabricadas em casa e cujo consumo está coerente com a psicologia de uma gente que não quer parecer primitiva, que já tem suas fumaças de "civilizada". Desse modo, as mãos que tecem certos panos no interior familiar, fazem-no em virtude de uma superestimação dos seus produtos, que não têm nada de comercial, uma vez que não satisfazem qualquer necessidade ordinária, mas sim — e tão só — certos gostos particulares de ornamentação. Já o artesanato é uma atividade que possui, embora irregularmente, uma relação de comércio. Mas sua razão de ser, nestes tempos, está ainda no caso de uma superestimação do trabalho manual. Também sua produção não é de consumo ordinário, pois é sempre realizada "de encomenda". Não há quem desconheça, por exemplo, o prestígio mundano que desfrutam os sapatos "feitos a mão".

Certamente, essa situação não é uma particularidade do Rio Grande do Sul. Vamos encontrá-la no país inteiro. Mas o que interessa nesse estado de coisas rio-grandense é o que ele contém de reminiscência econômico-histórica. Enquanto, no resto do Brasil, essa observação não conduz à reconstituição do "processus" das relações de produção, na região extremo meridional funciona como um verdadeiro fio de Ariadne, como qual é possível percorrer todo o caminho vencido pela economia regional. A indústria manual em São Paulo, no Distrito Federal, na Bahia, em Per-

<sup>19</sup> Saint Hilaire: *Voyage à Rio Grande do Sul*, Orleans, 1887.

nambuco, sempre foi — à parte, certamente, a fase oniprodutivista do regime colonial — o que ainda é hoje. Isto é: a princípio, simples atividade acessória e, depois, mero trabalho de habilidosos. Já no Rio Grande do Sul se poderá constatar que essa indústria manual, que apresenta atualmente, como nas outras partes do país, um caráter de habilidade, é um vestígio de atividades manufatureiras mais intensas, visando ao abastecimento ordinário da região.

Essa circunstância foi que decidiu a fisionomia econômica do Rio Grande do Sul, permitindo à região desenvolver-se particularmente no sentido do progresso geral brasileiro e, assim, preparando-se para o momento em que melhores condições técnicas viessem a eliminar o seu centrifugismo geográfico. É tanto foi assim que, quando foi rompido o semi-isolamento da antiga província de São Pedro, não foi um mundo ainda por se fazer e ordenar que se incorporou ao sistema das mais adiantadas relações comerciais do país. Foi um mundo de riqueza já realizada. Foi mais ainda: uma completa estrutura de produção, um sistema de economia diversificada e, sobretudo, a mais notável distribuição de possibilidades num país que fora construído sobre especificações sociais.

Dir-se-á que tudo isso foi milagre da terra privilegiada. Todavia, se algum milagre existe, esse milagre é de natureza geográfica. O semi-isolamento a que nos referimos, aliado a outra circunstância não menos geográfica — como seja a da colonização estrangeira — permitiu, em momentos históricos favoráveis, um regime autárquico. E se esse regime não representa atualmente uma solução para os nossos problemas econômicos, teve, no passado ciclo de produção, o mérito de arregimentar todas as forças de produção, livrando o mundo rio-grandense não só daquela fatalidade muito brasileira da monocultura, como também, de uma unilateralidade da sua economia. O Rio Grande do Sul, sendo um Estado policultor, é também um Estado industrial. Já São Paulo e Pernambuco — para citarmos exemplos diferentes — se são Estados industriais, são agricolamente, monocultores. São Estados cuja existência se apóia na economia de um produto que pode não ser o único — como de fato não é — mas que é, historicamente, o principal.

Por outro lado, a profunda influência das correntes imigratórias não pode ser expressa pura e simplesmente em termos de uma maré de povoamento. As famílias que abandonaram o Velho Mundo — onde a vida se lhes tornara terrivelmente difícil — "pour faire l'Amerique", trouxeram uma tradição de trabalho e uma experiência das coisas que as gentes do Novo Mundo ainda não haviam tido tempo de adquirir. Não foram somente os agricultores que vieram ter aqui, sonhando com a fartura e os horizontes sociais da terra virgem. Foram também os artesãos, cuja linhagem profissional se perdia nas corporações da Idade Média e a quem a técnica, de uma parte, e a ameaça de proletarização, de outra, empurraram até as plagas onde as camadas sociais, não sendo estanques, ofereciam maiores possibilidades de progresso individual. Com estes vieram — pode-se dizer — suas oficinas. E foram essas oficinas que se transformaram em fábricas. O neto do ferreiro, do tecelão, do sapateiro, do tipógrafo, do marceneiro, do mecânico — que traziam todos aquela grande virtude construtiva e perseverante das coletividades sedentárias já de alguns séculos — o neto desses imigrantes é que a nossa era veio surpreender, em sua quase generalidade, como chefe de indústria. Isolados comercialmente, fabricando seus produtos para serem colocados nas redondezas, sem ambições imediatas — e, portanto, sem serem tentados por arriscadas

aventuras — foram se desenvolvendo e progredindo vagarosamente, mas com segurança, de geração a geração. É por isso que as chaminés e os motores — que hoje integram o panorama dos grandes centros urbanos e que, em muitos casos, põem uma nota intrusa na paisagem natural — não foram colocados no Rio Grande do Sul por justaposição econômica, por obra e graça daquela miraculosa aplicação de capitais que nunca nada tem a ver com a história do trabalho que financiam. Os monumentos econômicos da última etapa da história da produção gaúcha foram levantados organicamente — se se pode usar a expressão — como cresce uma árvore, de dentro para fora.

Esse é o segredo da pujança econômica da mais meridional das unidades federadas brasileiras. E digo pujança, não no sentido da espetaculosidade da riqueza — como acontece em vários outros Estados da União — e, sim, no da força de uma quase ideal distribuição de meios de produção. Aqui pode-se quase falar em riqueza coletiva, pensando-se em termos de realização pessoal. É que — a não ser umas poucas vezes, ultimamente — o edifício da economia rio-grandense se ergueu pedra por pedra, sem a impaciência de iniciativas estranhas à história do trabalho regional: dessas que surgem por obra e graça de grupos financeiros, armados de concessões e senhores de uma técnica que não lhes veic às mãos tradicionalmente e, sim, através da aquisição capitalista dos instrumentos de trabalho. Coincidindo a evolução da economia com a série do acesso individual ao campo de operações cada vez mais complexas, verificou-se o desenvolvimento homogêneo das forças produtoras deste mundo. Não houve aqui aquela perigosa solução de continuidade que, em certos momentos, provoca a substituição social do homem que partiu do princípio. Os agentes que estão na primeira linha de batalha atual não são — como se poderia dizer em linguagem militar — agentes frescos. A mesma força que moveu a produção mais simples move hoje a mais complexa. Em resumo: é possível, partindo da presente situação industrial, descrever uma série histórica que contenha todas as etapas da realização manufatureira.

Agora, já as estatísticas e os documentos informativos nos traçam o caminho.

A "revolução tarifária" do ministro Alves Branco, se não teve a desejada força para levantar um parque industrial nos centros então mais desenvolvidos e adiantados do país, muito menos poderia ter qualquer repercussão no ambiente econômico particularíssimo da mais meridional e centrífuga província brasileira. E se é certo que, já em 1856, uma fábrica rio-grandense levantava prêmios e menções para seus produtos na Exposição de Paris<sup>20</sup>, essa indústria possuía ainda uma distribuição comercial regional calculada em 80%.

E não era de admirar que assim fosse pois, em 1895 — isto é, cinco anos depois do protecionismo republicano — uma fábrica de pregos do Estado produzia 700.000 quilos e só exportava 70.000. A Sociedade Comanditária Brockmann & Cia. proprietária de uma fábrica de papel e papelão, lançava no comércio, nesse mesmo ano, 190.000 quilos de papel de embrulho e 50.000 de papelão. Dessa produção, cuja maior parte era consumida em Porto Alegre, "apenas pouco é exportado para o Rio de Janei-

<sup>20</sup> Catálogo da Exposição da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1875.

ro"<sup>21</sup>. De acordo ainda com essa mesma fonte de informações, a Companhia Fábrica de Vidros Sul-Brasileira produzia, também no ano referido, 700.000 garrafas, 500.000 copos, 300.000 chaminés e 200.000 diversos produtos, constando sua exportação de apenas 48.000 copos e 70.000 chaminés.

Um sem número desses exemplos poderiam ainda ser alinhados em apoio do ponto de vista de que, até quase nossos dias, a indústria rio-grandense, cuja fisionomia técnica era — com poucas exceções — a da oficina, representava uma larga atividade de auto-abastecimento regional, fugindo, assim, à regra geral do resto do país, onde essa atividade não existia, com um caráter tão amplo. Quanto a causa, tanto desse extraordinário desenvolvimento regional, como da sua falta de ampliação nacional, é uma única: deficiência de comunicações. Em virtude dessa circunstância, a região recebia dificilmente as utilidades de origem industrial estrangeira e nesse caso, teve de produzi-las. Pela mesma razão, o comércio desses produtos quase se restringiu aos mercados regionais, tanto que uma das empresas fabris reclamava "o exorbitante preço dos fretes para os portos nacionais, nomeadamente do Lloyd Brasileiro, onde se pede 35\$ por tonelada, preço igual ao que se paga da Alemanha a Porto Alegre"<sup>22</sup>.

Todavia, não há regra que não tenha sua exceção... para confirmá-la. E essa vamos encontrar na Companhia União Fabril, cuja produção constou, em 1895, de 5.600 toneladas no valor de 5.000 contos de réis e da qual dois terços foram exportados para o Rio de Janeiro<sup>23</sup>. É o primeiro passo no mar largo. No entanto, esse passo, deve ter sido dado com muito pouca naturalidade comercial. Deve ter exigido um esforço maior do que a capacidade para fazê-lo. Foi um esforço de desbravadores e, como tal, teria de encerrar-se. Assim, não foi à-toa que essa empresa, fundada em 1873, dispondo de modernas instalações, com uma administração a que não se poderá negar experiência e capacidade de iniciativa, tenha vindo a mudar de razão comercial. É que, não tendo ainda soado a hora da indústria em grande, o sacrifício de sua instalação não poderia ser compensado, contando-se apenas com uma distribuição regional. Grande parte do capital investido numa maquinária cuja produtividade não poderia ser totalmente aproveitada, seria um capital morto.

Esse exemplo demonstra que, ao findar o século XIX, ainda não havia condições para que a atividade industrial rio-grandense perdesse completamente seu caráter regionalista, ao mesmo tempo que prova a existência de circunstâncias excepcionais promovendo um desenvolvimento intenso dessa atividade em escala média — desenvolvimento esse que, mais tarde, aproveitaria como uma verdadeira tradição de trabalho ao interesse de uma economia fabril cujo campo de expansão comercial teria de ser o país inteiro.

É isso, pelo menos o que nos informa a primeira exibição estadual, realizada em Porto Alegre, no ano de 1875. Estava-se a um quarto de século do início da era industrial brasileira. Todavia, esse certame já é uma

<sup>21</sup> Relatório apresentado pela Terceira Diretoria (Estatística) em 15 de julho de 1897, anexo ao relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior.

<sup>22</sup> Idem.

<sup>23</sup> Relatório já citado.

notícia da existência de notável atividade fabril na região. Certamente, a grande maioria das manufaturas exibidas representava ainda o resultado de um esforço individual. Mas, ao lado de uma balança de precisão, "fabricada no Arsenal de Guerra de Porto Alegre pelo mestre da oficina de máquinas", já figuravam quatro metros de baeta grossa, com 1,10 de largura, dez metros de baeta de urdidura fina, com 1,10 de largura e de cores verde, amarela, azul e encarnado". Quanto aos expositores da baeta e, ainda mais de cobertores trançados e chales-mantas de lã, diz a nota do catálogo apensa à relação dessas mercadorias tratar-se de "uma empresa que começou a funcionar em junho de 1874". Com respeito à fábrica, diz ainda a nota "que só emprega matéria-prima do país e, posto que já de um tamanho considerável, não se acha completamente montada, visto terem os empresários encetado seus trabalhos em menor escala, por não poderem obter do governo imperial a garantia que pediram — um privilégio por alguns anos"<sup>24</sup>.

Uma fábrica de móveis, cujo mostruário é um dos mais completos, já é movida a vapor e, de acordo com a nota do catálogo, era montada "pelo sistema norte-americano", pertencendo-lhe "quase exclusivamente" o fornecimento de cadeira ordinárias a toda a província. Uma fábrica de sabão, que apresentava como grande novidade a gravação dos nomes em seus artigos, exhibia também a credencial de haver sido premiada na Exposição Universal de Paris, em 1866. Mas pertence, indiscutivelmente, ao trabalho artesão a palma desse certame. Um cofre de ferro, "à prova de fogo", que foi a primeira obra desse gênero feita na província, construiu-o o serralheiro-maquinista Emmerich-Berta. E, assim, inúmeros outros objetos que, conforme já foi observado linhas atrás, constituíam a demonstração de uma intensa e reprodutiva atividade artesã a caminho de uma vigorosa economia pequeno-industrial.

À medida que evoluíam as condições para o estabelecimento de relações comerciais internas mais regulares no país, a atividade manufatureira rio-grandense galgava naturalmente as etapas superiores. Já em 1895, o quadro das exportações do Rio Grande do Sul para os outros Estados do Brasil, através de Porto Alegre, tem uma especial significação. Vamos encontrar figurando nele vários produtos industriais que, não demonstrando apenas o desenvolvimento fabril da região, são também sinais de uma alta capacidade de concorrência de sua economia, face a face com as mercadorias estrangeiras que chegavam às nossas praças sem o ônus do transporte caríssimo que pesava sobre as nossas.

Excluindo o charque, que é para a civilização rio-grandense o que o açúcar é para a civilização nordestina e cuja fabricação deve ser tida na conta de uma indústria natural, ainda assim não deixa de ser notável o movimento do nosso comércio de produtos industriais como resto do país, numa época em que os mercados nacionais viviam numa dependência quase sem remédio do fornecimento estrangeiro. A maioria dos artigos constantes dessa relação dos produtos industriais exportados está ainda longe de ser o resultado de uma transformação fabril. Nem poderíamos esperar que, em 1895, os processos mecânicos já houvessem substituído, entre nós, a habilidade manual. Todavia, a exportação desses artefatos já é um sintoma de que a atividade artesã se desenvolvera de tal maneira que,

<sup>24</sup> Catálogo da Exposição já citado.

atingindo um grau de pequena concentração técnica, podia ir em conquista de mercados fora da região. E é um "bom começo de carreira" que se vai descobrir na relação dos produtos exportados, em 1895, pelos três principais portos do Estado. Realmente, nessa estatística já figuravam: sabão, tecidos, aguardente; licores, cerveja, chapéus, doces, malas, mobílias, manteiga, objetos de vidro, perfumes, vinhos, biscoitos, velas, arreios, banha, papel de embrulho, selins, escovas, papelão, graxa, calçado, fósforos, espartilhos, meias.

No ano seguinte, 1896, essa relação era aumentada com mais um artigo, pregos ponta de Paris, que figura com 5.800 quilos no valor de 2:900\$. As casemiras e outros tecidos de lã aparecem, naquele ano, na lista dos produtos industriais exportados pelo porto da capital do Estado, sendo de 199:990\$ o seu valor. Na relação das mercadorias exportadas pelo porto do Rio Grande, já aparece um produto industrial colocado no estrangeiro. Trata-se de eixo de carreta que, em número de 1.439 e no valor de 2:678\$ vendemos para o Uruguai. Os mosaicos, também, já figuram na exportação pelo porto de Pelotas para outros centros do país, com 30 metros quadrados, no valor de 150\$.

Dessa maneira a exportação de produtos industriais pelos três principais centros de escoamento do Estado, atingiu, na última década do Século XIX, a perto de 10.000 contos. Certamente que muitos desses produtos não podem ser classificados rigorosamente como resultantes de operações fabris. Mas já não são também "produtos naturais". O que importa, porém, é o momento que essa semimanufatura marca na evolução histórica da nossa indústria. Não surgindo essa indústria como "um relâmpago no horizonte ou um ladrão na noite", tivemos de remontar a fatos antigos e circunstâncias passadas, com o fim de reconstituir o seu caminho. Já agora no entanto, estamos diante de uma realidade industrial. Os quase 750 contos de réis de tecidos que, do porto de Rio Grande enviamos em 1895 para os mercados do país, bem como os quase 40 contos de chapéus que, do porto de Pelotas, distribuímos ao consumo nacional, constituem uma notícia de que a fábrica rio-grandense estava finalmente instalada na última década do século passado.



Ajudada pela política protecionista da República, animada pelo pequeno mas indiscutível desenvolvimento da navegação de cabotagem, com uma tradição de trabalho formada numa admirável atividade artesã, a indústria rio-grandense foi encontrada pelo século XX em tal grau de adiantamento e com tão notável potencialidade, que a Exposição de 1901, realizada em Porto Alegre, constituiu uma verdadeira parada de atividades fabris já vigorosas. O que em 1875 representava, por exemplo, o esforço de um serralheiro habilidoso e tenaz, já aparece nesse certame da auro-ra de nosso século como produtos de uma grande fundição, empregando cerca de 150 operários, dispondo de duas máquinas a vapor fornecendo força a 84 outras<sup>25</sup>. Achavam-se essas oficinas "no caso de poderem atender cabalmente a tudo quanto diz respeito à indústria de ferro", constando de seus mostruários, cofres, camas, fogões, canos, cotovelos, armários, ventiladores, estufas, escadas, fechaduras, fechos, trincos, moihões de vento com torre e bomba, telas metálicas, máquinas para matar

<sup>25</sup> Catálogo da Exposição Estadual do Rio Grande do Sul, em 1901.



formigas, sinos, grades, portões, bancos de jardim, prensas de copiar. E não se resumia ao "stand" de E. Berta & Cia. a exibição de objetos de ferro e metal de fabricação rio-grandense. José Becker & Irmão, proprietários de uma fábrica de fundição e construção naval, empregando 120 operários, expunham completo material para instalação de "rodas d'água" moinhos, roldanas, rebocadores. As atividades fundidoras estavam largamente difundidas, estando representadas na referida exposição, afora as duas já citadas, meia dúzia de firmas interessadas nessa exploração fabril<sup>26</sup>. A respeito de uma delas, diz o catálogo que suas oficinas possuíam máquinas e aparelhos "os mais aperfeiçoados e modernos, sendo alguns de invenção própria". Essa fábrica de propriedade de Sô & Filhos, produzia motores a querosene, dos quais tinha "tipo próprio" já havendo construído uma máquina a vapor "com uma caldeira de força de 125 cavalos". Uma outra, pertencente a Germano Ullner, "que ultimamente tem executado várias encomendas para outros Estados da República", era especializada em construção de máquinas a vapor "de todos os sistemas os mais aperfeiçoados", *estando toda a administração técnica a cargo do proprietário*<sup>27</sup>.

Não era menos notável o desenvolvimento dos outros ramos de atividade industrial, por aquela época, no Rio Grande do Sul. De acordo com a relação dos produtos expostos no certame a que vimos nos referindo, o trabalho fabril no Estado atingia em todos os setores um alto grau de animação. A indústria alimentícia, por exemplo, interessava a um sem número de razões comerciais e seus estabelecimentos se localizavam em vários municípios. As serrarias, as fábricas de móveis e calçados, as cervejarias e indústrias de construção se representaram largamente na Exposição de 1901 e o número de empresas a que se refere o catálogo diz bem do entusiasmo fabril que ia por toda a região. Da indústria da seda já há notícias através da exibição de alguns artigos, como sejam "lindíssimos chales", pelerines, meias, mantas, luvas.

Seria enfadonho fazer um relatório das atividades industriais no Rio Grande do Sul pelo princípio do século. Mesmo porque a simples enumeração não interessa ao espírito deste trabalho. Como documentação, visando assinalar um momento do desenvolvimento da nossa indústria, a que acabamos de expor é suficiente. Somente mais uma referência comporta esta retrospectiva: é a respeito da indústria têxtil. Vamos encontrar as atividades em pleno regime de produção em grande. Os mais variados tipos de casemira, cobertores, flanela, baetas, mantas, constam das longas relações dos produtos expostos nos "stands" de cada fábrica. Essas fábricas, segundo reza o noticiário do catálogo, já têm uma produção anual que varia de 1.500 a 2.000 contos de réis, empregando até 200 operários. Seus mercados consumidores já não se limitam à região, mas se encontram também no Paraná, em Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Uma delas chega a possuir depósito em Desterro, Curitiba, Rio de Janeiro, São Paulo e Corumbá.

Infelizmente, não dispomos de informações a respeito do comércio exportador do Rio Grande do Sul por aquela época, porque então poderíamos estabelecer com a estatística de 1895 — a que atrás nos referimos — a

<sup>26</sup> Viúva Gustavo Hugo, Sô & Filhos, Germano Ullner, José David e João Jacob Crussius, estabelecidos em Porto Alegre; Bernardo Thimmig, em São Leopoldo.

<sup>27</sup> O grifo é nosso

comparação necessária que nos fornecesse o índice do seu crescimento. Um documento oficial de 1901 informa que "no decurso do fluente teve a Diretoria de Estatística de abandonar todo o seu trabalho em elaboração para fazer o recenseamento da população a 31 de dezembro de 1900 e que incumbe à União executar".<sup>28</sup> E, muito embora acrescente que a repartição competente, "distraída de seus trabalhos próprios durante 10 meses, ocupa-se agora daqueles serviços, devendo apresentar no fim deste ano relatório", esse relatório é referente aos anos de 1897-1899<sup>29</sup>. E, ou porque se descuidou de publicar os trabalhos porventura realizados, ou porque as publicações se tenham perdido — uma vez que não constam dos arquivos do Departamento Estadual de Estatística — somente com referência a 1909 é que vamos encontrar um boletim de informações estatísticas. E, assim mesmo, exclusivamente dedicado à demografia.

Todavia, é muito lógico que se conclua por um grande desenvolvimento das exportações industriais rio-grandense no período que vai de 1895 a 1901. De outra maneira não se compreenderia o desenvolvimento dos meios fabris de produção, registrado nesse quinquênio. O poder aquisitivo regional não podia ter aumentado de uma hora para outra, de modo a ser causa do rápido progresso técnico havido. Pelo contrário, a última década do século, longe de haver sido um período de intensa atividade produtora no Rio Grande do Sul — o que poderia ter aumentado a capacidade de aquisição — foi um período de perturbações políticas, de conflitos armados generalizados. Não é mesmo nenhuma precipitação afirmar que, naquele período, registrou-se uma queda no consumo regional. E a prova é que as indústrias cujos produtos eram colocados quase exclusivamente no Estado tiveram de diminuir sua produção. É o caso, por exemplo, da indústria de chapéus. Segundo o histórico do catálogo da Exposição de 1901, a Fábrica Pelotense empregava, naquele ano, 110 pessoas em seus trabalhos, atenta a diminuição da produção em consequência da paralisação das vendas. Em ocasiões anteriores, a referida fábrica chegara a ocupar 200 pessoas. E a produção que, no primeiro ano do nosso século, não passava de 400 a 500 chapéus por dia, já houvera atingido a 800. Assim, se outras indústrias nesse mesmo período de depressão no consumo estadual, progrediram tecnicamente e aumentaram o volume de sua produção, foi porque, indiscutivelmente, tiveram alargados os seus mercados no resto do país. E essa expansão não se reduziu a uma simples compensação para o descenso das vendas no Estado, porque então, a exploração fabril teria marcado passo. Constituiu, de fato, uma expansão natural. Apresentara-se, finalmente, a grande oportunidade.



Aqui, novamente, este estudo tem de referir-se à situação nacional, a fim de apreender o momento regional da industrialização rio-grandense. E isso porque as informações são dadas pela estatística geral do país. Assim mesmo, são mui escassos os elementos obtidos. Em uma publicação que abrange as atividades econômicas nacionais no quinquênio que vai de 1908 a 1912, confessa-se que "a falta de estatísticas agrícolas coincide infelizmente com a deficiência de informações sobre a produção in-

<sup>28</sup> Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 15 de agosto de 1901.

<sup>29</sup> Idem, em 20 de agosto de 1902.

dustrial brasileira. Não se conseguiu ainda, por meio de um inquérito geral, conhecer de modo mais ou menos satisfatório o estado das nossas riquezas agrárias e manufatureiras"<sup>30</sup>. O primeiro levantamento das nossas indústrias se realizou em 1907, promovido pelo Centro Industrial do Brasil. As dificuldades que tiveram de ser enfrentadas, conjugadas a uma noção muito elástica do que seja atividade industrial, prejudicaram muito a exatidão dos resultados obtidos. Todavia, à vista do que conseguiu esse inquérito e apesar de todos os seus defeitos, já é possível formar uma idéia do nosso desenvolvimento fabril por volta do primeiro lustro do século. De acordo com esse censo — que incluía os estabelecimentos ervateiros, as salinas e até os ateliers de flores artificiais e que intitula de usina uma dúzia de modestíssimos engenhos de açúcar em Goiás — o Brasil possuía então 2.291 estabelecimentos industriais, cabendo ao Rio Grande do Sul o terceiro lugar entre as unidades federadas, com 314 centros fabris. São Paulo, na época, tinha apenas mais 12 fábricas do que nós. Empregava a fábrica rio-grandense cerca de 16.000 operários — o que dá uma média de 50 trabalhadores por fábrica. A produção foi de 99.726.000 cruzeiros, ou sejam 318.000 cruzeiros por unidade fabril.

Dessa maneira, a fábrica rio-grandense já ia perdendo o seu caráter regional. Assim, quando, após a conflagração de 1914-18, se impuseram os interesses de uma economia imperial no Brasil — e digo imperial no sentido da ocupação efetiva do território — o novo estado das coisas não surpreendeu o "espírito fabril" do Rio Grande do Sul. Até pelo contrário, encontrou-o compatível com a exigência dos novos tempos. De certo que, mesmo atualmente, as organizações industriais gaúchas não possuem aquele grau de "grandiosidade" de algumas outras do país. Mas se apóiam, sem dúvida alguma, em bases mais sólidas. Como tentei explicar linhas atrás, o desenvolvimento das atividades fabris entre nós se processou evolutivamente. E se isso implicou, de certo modo, um progresso mais lento, permitiu, em compensação, uma formação estrutural. O que para muita iniciativa industrial no Brasil representou uma simples aventura comercial ou o mero aproveitamento de circunstâncias extraordinárias — tão-somente uma oportunidade para o emprego lucrativo de capitais — aqui adquiriu o prestígio de uma ação exigida pela própria complicação do organismo econômico e, sobretudo, determinada pela necessidade de aproveitar a experiência de grupos que, em suas terras de origem, possuíam certa classificação profissional.

Mas, deixemos de lado essas "virtudes" cuja evidência já mereceu largo comentário em outra parte do presente trabalho. O que importa agora é estabelecer estatisticamente o ritmo do desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul. Desta vez já possuímos um termo de comparação, que é o Recenseamento de 1920. Infelizmente, entre aquele ano e o de 1943, só nos é possível estabelecer o crescimento médio anual do período, pois, durante esse espaço de tempo, nenhum levantamento foi realizado sistematicamente. (Existe, é certo, uma apuração feita em 1937. Mas é sumamente defeituosa, não merecendo nenhuma confiança os seus dados). Todavia, já se pode vislumbrar sinais de uma concentração industrial, comparando-se os resultados do censo de 1920 com os das apurações de 1912. Essa concentração, por sua vez, indica progresso técnico, amplia-

<sup>30</sup> Anuário Estatístico do Brasil, Ano I, 1908-1912.

ção da capacidade produtiva por unidade fabril. Por outro lado, esse aumento do poder de produção revela um desenvolvimento proporcional do campo de colocação interna. Seria, porém, alongar de muito este estudo se neste momento, tentássemos referir seus elementos à história da evolução do nosso comércio de cabotagem, embora tenhamos de divulgar, sem discussão, a seguinte conclusão: *a indústria não progrediu para que depois se criasse o seu mercado*, da mesma maneira que, observou discutidíssimo historiador, o homem não pensou em navegar, partindo da idéia do navio<sup>31</sup>.

Esse progresso do mercado interno, que entra aqui como uma verdade estabelecida, foi que permitiu o desenvolvimento das economias fabris regionais. No caso do Rio Grande do Sul, o crescimento industrial entre 1920 e 1943 se expressa da seguinte maneira: o número de fábricas aumentou nove vezes, o capital aplicado cresceu 6,5 vezes, a força motriz também aumentou de 6,5 vezes e os efetivos da mão-de-obra subiram 3,5 vezes. O fato de o número de estabelecimentos aumentar de quase dez vezes, enquanto o de operários cresceu de quase quatro — quando a curva do pessoal empregado deveria ser aproximadamente igual à do progresso do parque fabril — indica que passou o regime da preponderância da oficina, iniciando-se o da mecanização intensiva, substituindo-se o braço pela máquina em muitas operações. No entanto, essa oficina não desapareceu de todo, pois, quem consultar as tabelas da apuração de 1943, realizada pelo Departamento Estadual de Estatística, notará a existência de diversas fases do nosso desenvolvimento industrial num mesmo momento dado. A tenda do artesanato ainda figura ao lado de instalações poderosas, muitas vezes com atividade idêntica, desmentindo o tirânico "struggle for life" da interpretação darwinista. Essa revelação, no entanto, longe de representar uma questão nova no presente trabalho, vem justamente em auxílio da maneira com que estou tratando o assunto. Isto é: à maneira dos modernos biólogos, para quem "o essencial não é a forma e sim a transformação; não é a estrutura que importa, mas o processo vital"<sup>32</sup>. O quadro da distribuição da indústria por grupos, em relação ao capital, documenta admiravelmente esse estado de "transformação" da economia fabril rio-grandense. Estabelecimentos com menos de trinta e cinco mil cruzeiros de aplicação são apenas mil, num total de dezessete mil. O maior número é o daqueles cujo capital aplicado oscila, em média, entre quarenta e cinquenta mil cruzeiros. Nesse grupo é que se localiza o "impetus" do processo de transformação, não sendo à-toa que ele compreenda 56% das unidades fabris gaúchas. Entre cinquenta e cem mil cruzeiros de capital empregado, ainda é grande o número de fábricas, pois o mesmo representa 36% do total. Evidencia-se, assim, de maneira perfeita o desenvolver do organismo industrial. No ponto de partida — isto é, até 35.000 cruzeiros de capital aplicado — são apenas 1.014 estabelecimentos, na proporção portanto de 6%. Na segunda etapa do processo — que é a que atualmente atravessa a economia manufatureira do Rio Grande do Sul — compreendendo estabelecimentos cujo capital empregado oscila entre 40.000 e cem mil cruzeiros, encontram-se 14.080 unidades, o que representa 82%. Acima de 100.000 cruzeiros de capital empregado, existem apenas 1.905 fábricas, o que representa 12%.

<sup>31</sup> Spengler: *El Hombre y la Técnica*, Madrid, 1932.

<sup>32</sup> Uexkull: *Ideas para una concepcion biologica del Mundo*, Madrid, 1923.

A análise revela, assim, que a indústria rio-grandense saiu do período em que a nota dominante era a oficina, embora ainda não tenha atingido a fase da moderna concentração. O seu vigor, porém, se denuncia na seguinte constatação: a última etapa compreende já maior número de estabelecimentos do que a primeira — 1.905 contra 1.014.

É, porém, uma concentração que se realiza com a lógica natural das coisas que crescem e não com a violência das iniciativas sem história. É como um fenômeno dos dominos do orgânico e não apenas do organizado. Cumpre, portanto, não se perder o que existe de vivo nessa força, encaminhando-a para a conquista de mais altos estágios, sem forçar soluções que determinem o rompimento do equilíbrio que o seu desenvolvimento mantém com o próprio desenvolvimento da sociedade. Neste setor da produção, como no agrícola — a respeito de cuja situação me permiti fazer uma advertência no primeiro número desta revista — o problema não é só de natureza econômica. É também de caráter social — que é, aliás, o caráter primário de toda a economia gaúcha, com exceção da pecuária. Se permitirmos que essa admirável formação sofra a influência dos padrões capitalísticos, nosso mundo — que cresceu por força do trabalho — perderá as bases igualitárias que, até agora, garantiram a generalização da riqueza.



Existe um grande número de verdades que passam por eternas, mas cujo "axiomatismo" só é real para determinadas épocas. Muito tempo, o famoso *V Postulado* de Euclides permaneceu não só sem necessidade de demonstração, como até reforçado por teoremas posteriores sobre a eqüidistância dos pontos de duas retas paralelas. Desde o momento, porém, em que novos interesses culturais impuseram um mais profundo e "menos físico" sentido matemático do universo, viu-se que, sem serem eqüidistantes, somente no infinito podem encontrar-se as curvas senosíodes e hiperbólicas com suas respectivas assíntotas<sup>33</sup>.

Esse fenômeno de "revelação" é o que se está verificando presentemente em nossa história econômica. Porque novos interesses de civilização estão impondo diferente comportamento às nossas forças de produção, estamos assistindo ao desenvolvimento de situações inconformáveis à concepção clássica. Da mesma maneira que os matemáticos modernos em face da geometria euclidiana, devemos colocar-nos como observadores de um novo plano em frente às antigas leis e às velhas relações que uma vida diferente nos legou como axiomas econômicos. Já Hitler se dizia campeão do trabalho contra o ouro. De certa maneira, sua batalha não foi sem significação, pois ia ao encontro da ânsia universal. Que a intuição do problema tenha sido aproveitada para a realização de ambições desenfreadas — pois que simplificou a questão do estabelecimento de um poder universal — é coisa que interessa a outra ordem de estudos. Nossa batalha não será a de uma sociedade explorada — pois que se formou pela união dos esforços de cada um — mas será no sentido de evitar que, mais tarde, tenhamos de colocar a nossa luta nos termos dramáticos de uma resistência à exploração comandada por forças de expansão quase irresistíveis. Ou, então, que tenhamos de nos conformar em ser presa dessa expansão, cujo sistematismo invadirá até os nossos pensamentos.

<sup>33</sup> Bonola: Geometrias no euclidianas, Madrid, 1923.

A nossa fábrica, como a nossa lavoura, é o resultado de atividades nitidamente pessoais. Sua economia se desenvolveu com o desenvolvimento das famílias e dos grupos. Cresceram como que por imposição do crescimento vegetativo da população, justamente como um homem que aumenta sua casa para atender ao aumento dos filhos. Poucas são as histórias de população que podem apresentar tão orgânica evolução. Depende agora de nós a manutenção de tal regime. Basta que pensemos na nossa expansão como se o resto do país fosse nossa família que cresceu e não permitamos que o interesse do grande capitalismo transforme essa relação num pretexto para trocar trabalho por consumo entre as diversas populações do Brasil.